

Uma prova de desperdício, neste documento secreto.

Um documento do Itamaraty, carimbado como secreto, está circulando em Washington, entre alguns antigos funcionários que serão removidos para o Brasil, como uma prova de "desperdício de dinheiro": como ninguém quer ir para os postos de sacrifício — como Teerã, Beirute, Bagdá ou Pequim, entre outros — criam-se os "cargos de alta rotatividade".

O próprio documento reconhece: "No momento, já há alguns postos cuja lotação é insuficiente para atender à demanda normal de trabalho, o que vem obrigando a administração a adotar a prática do envio de funcionários em missão transitória para aquelas repartições mais carentes de pessoal. O significativo corte orçamentário sofrido pelo Itamaraty recomendaria a suspensão de tal prática".

Pelas contas de antigos funcionários removidos, a "missão transitória" pode significar o pagamento de um auxílio-moradia de 580 dólares mensais a quem viaja, mais 12 a 15 mil dólares de mudança e bagagem, uma passagem para cada membro da família e empregada, e, ainda, uma ajuda de custo de 5 mil dólares. "A RD (residência diplomática) sai de uma renda consular que não passa pela contabilidade do Banco Central. Só em Washington, arrecada-se 20 mil dólares por mês" — diz um dos removidos, acrescentando: "Esta verba é inteiramente do Itamaraty".

Ao contrário do que acontece com os postos de sacrifício, ou "C", não falta quem queira ir para o "circuito Elizabeth Arden", formado por Nova York/Washington/Paris/Roma/Londres. Ao todo, pelo mundo, cerca de 860 oficiais de chancelaria e agentes administrativos, que completaram oito anos no cargo em 27 de julho de 1988, foram removidos, por força da Lei 7.501, de 1986. Muitos contestam a remoção na Justiça, por ser aplicada retroativamente. Outros alegam que foram contratados pelo Itamaraty, há 20 anos, sob a condição de que não voltassem ao Brasil. Vários se aposentam.

"Com os postos 'A', a medida custa apenas dinheiro. Mas com os postos 'C', ocorre algo extra: não há substitutos. Tiraram quem já falava a língua, conhecia profundamente o país, e agora procura-se uma saída" — diz um dos removidos de Washington, mostrando o relatório enviado pelo chefe do Departamento do Pessoal do Serviço Exterior, Sérgio Barbosa Serra, ao subsecretário-geral de Administração e de Comunicações, Marco César Meira Naslausky, que o passou para o secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima.

"Na verdade, a proposta do documento é só uma oficialização de uma prática já existente" — explica outro dos removidos. O próprio documento o confirma: "Nessas condições, consulto vossa excelência sobre se, à semelhança do que ocorreu em 1988, quando por interesse da administração reduziu-se o prazo mínimo de efetivo do exercício na Sere (Secretaria do Estado das Relações Exteriores) para habilitar os funcionários não-diplomáticos a servir em postos 'C' de difícil lotação, de 48 meses para 36 meses, voltasse agora o Itamaraty a flexibilizar as práticas sobre a matéria".

A proposta: "a) Considerar os funcionários com 30 meses de efetivo exercício na Secretaria de Estado habilitados a desempenhar missão transitória de longa duração (18 meses) em postos do tipo 'C', de difícil lotação, seguida de remoção **sur-place** (o funcionário volta ao mesmo lugar que se encontrava); b) Considerar os funcionários com 36 meses de efetivo exercício na Secretaria de Estado habilitados a desempenhar missão transitória de longa duração (12 meses) em postos 'A' ou 'B' de notória dificuldade de lotação, seguida de remoção **sur-place**". Um dos removidos conclui: "O mais curioso é que um alto funcionário do Itamaraty disse que se dispõe a recontratar os removidos que se demitirem. Onde está a lógica?"